

**Frediano José Momesso Teodoro**

# **CRIMINALIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO ILÍCITO DE PARTIDOS POLÍTICOS**

Curitiba  
Juruá Editora  
2017

---

Visite nossos *sites* na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

**ISBN: 978-85-362-7419-5**

**JURUÁ**  
EDITORA

**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil  
**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Teodoro, Frediano José Momesso.

T314 Criminalização do financiamento ilícito de partidos políticos./ Frediano José Momesso Teodoro./ Curitiba: Juruá, 2017.  
228p.

1. Crime eleitoral. 2. Partidos políticos – Financiamento. 3. Abuso do poder econômico. I. Título.

0000078

CDD 342.07 (22.ed.)  
CDU 342.81

---

1110705

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>Capítulo 1 O PLURALISMO POLÍTICO E O PODER REPRESENTATIVO COMO FUNDAMENTO PARA O FINANCIAMENTO DE PARTIDOS POLÍTICOS</b> .....	23
1.1 BREVES ANTECEDENTES HISTÓRICOS SOBRE O PODER REPRESENTATIVO, O SISTEMA ELEITORAL E A CONQUISTA DO PLURALISMO POLÍTICO NO BRASIL .....	23
1.2 OS PARTIDOS POLÍTICOS .....	33
1.2.1 A Natureza Jurídica dos Partidos Políticos .....	38
1.3 O PLURALISMO POLÍTICO COMO FUNDAMENTO DO ESTADO DEMOCRÁTICO .....	39
1.4 PODER REPRESENTATIVO DOS PARTIDOS POLÍTICOS .....	41
<b>Capítulo 2 A TUTELA PENAL DOS BENS JURÍDICOS NO FINANCIAMENTO DE PARTIDOS POLÍTICOS</b> .....	51
2.1 A PROTEÇÃO DO BEM JURÍDICO COMO FUNÇÃO DO DIREITO PENAL .....	52
2.2 O CONCEITO DE BEM JURÍDICO .....	70
2.3 A POLÍTICA CRIMINAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A TUTELA DE BENS JURÍDICOS .....	79
<b>Capítulo 3 A REPRESENTATIVIDADE DEMOCRÁTICA COMO BEM JURÍDICO PENALMENTE TUTELADO</b> .....	83
3.1 A ORDEM ECONÔMICA E A ORDEM POLÍTICA E SOCIAL COMO BENS JURÍDICOS TUTELÁVEIS .....	94
3.2 OS BENS JURÍDICOS DECORRENTES .....	97
3.2.1 A Soberania Popular .....	97
3.2.2 A Igualdade de Oportunidades .....	99

3.2.3	O Pluralismo Político .....	100
3.2.4	A Transparência na Prestação de Contas .....	102
3.2.5	A Administração Pública como Bem Jurídico Secundário.....	102
<b>Capítulo 4</b>	<b>O REGIME DEMOCRÁTICO .....</b>	<b>105</b>
4.1	AS CRÍTICAS AO MODELO DEMOCRÁTICO.....	113
4.2	A CRISE DA DEMOCRACIA E SUAS TEORIAS.....	123
4.2.1	As Ondas de Democratização .....	125
<b>Capítulo 5</b>	<b>O FINANCIAMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS .....</b>	<b>139</b>
5.1	A REGULAMENTAÇÃO SOBRE A ARRECADAÇÃO DE RECURSOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS NO BRASIL .....	141
5.2	OS ABUSOS NO FINANCIAMENTO DE PARTIDOS POLÍTICOS.....	148
5.3	OS MECANISMOS DE CONTROLE DO FINANCIAMENTO PRIVADO DE PARTIDOS POLÍTICOS E DE CAMPANHAS ELEITORAIS .....	161
<b>Capítulo 6</b>	<b>AS DIFICULDADES NA REPRESSÃO DO FINANCIAMENTO ILÍCITO DE PARTIDOS POLÍTICOS .....</b>	<b>165</b>
<b>Capítulo 7</b>	<b>A NECESSIDADE DA RESPOSTA PENAL COMO MECANISMO LIMITADOR NO FINANCIAMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....</b>	<b>175</b>
7.1	A NECESSIDADE DE CRIMINALIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO ILÍCITO DE PARTIDOS POLÍTICOS EM RAZÃO DOS MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO .....	178
7.2	A ADEQUAÇÃO DA RESPOSTA PENAL .....	185
7.3	A PROPOSTA DE REDAÇÃO DE TIPOS PENAIIS.....	189
7.3.1	A Proteção à Representatividade Democrática .....	189
7.3.2	A Concorrência Democrática.....	191
7.4	ALUSÕES À TIPIFICAÇÃO AUTÔNOMA NO DIREITO COMPARADO .....	195
<b>CONCLUSÃO</b>	.....	<b>201</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	.....	<b>205</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO</b>	.....	<b>215</b>